

1 Ata da Sessão **Ordinária** do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
2 Adolescente de Campinas, realizada aos 12 dias do mês de maio de 2015, às
3 quinze horas e vinte e sete minutos, em sua sede sito à Rua Ferreira Penteado,
4 nº 1.331- centro. Estiveram presentes **representantes do Poder Público:**
5 Maria José Geremias, Renata Ferreira Baronti, Walter Rhis de Jesus e Eliane
6 Márcia Martins Tortello. Titulares **representantes da Sociedade Civil:**
7 Cláudio Roberto Raizaro, Marcos de Figueiredo Ebert, Ubirajara Dias de
8 Andrade, Joana Ivete dos Santos Campoy e Cristiane Maria Correia.
9 **Justificativa de ausência:** apresentaram justificativas os seguintes
10 conselheiros Dettloff von Simson Junior, , Luiz Carlos Prado Lopes, Ana Lúcia da
11 Silva Batista, Simone Rita Zanelato e Maria Madalena Meloni de Oliveira.
12 Estiveram presentes os convidados: Maria Luiza B. Ferraz (APAE), Helena de
13 Camnpos (UNIP), Eliane Chegure (ASL), Maria A. Caetano Pacheco CEESD),
14 Geiza Souza, Eloisa Aparecida da Silva (Fundação Jari), Edson Aluisio de Araujo
15 Salestiano SETA) e Flávia Martins Guimarães Fung (SME). A presidente, Maria
16 José, iniciou a reunião saudando e pedindo para os presentes se apresentarem.
17 Agradece a participação dos convidados e informa sobre os procedimentos para
18 participação nas reuniões do CMDCA. Pauta: Deliberação sobre: **1 – Aprovação**
19 **das atas de abril/2015:** Depois de alguns questionamentos sobre validação
20 de atas, o conselheira Eliane Tortello sugere registrar o encaminhamento do
21 conselheiro Ubirajara, cuja pergunta é: se existe validade da aprovação de ata
22 por aqueles que não estiveram presentes na reunião, uma vez que a ata é
23 sempre lavrada posteriormente. Ubirajara quer também saber qual o quorum
24 mínimo para aprovação de atas, uma vez que nem sempre estão presentes
25 todos. A ata de 07 de abril foi aprovada por nove votos. Quanto a ata de 22 de
26 abril, o colegiado resolveu encaminhar para aprovação na próxima reunião. **7 –**
27 **Raquel coordenadora do CSAC - CMCAIS versa sobre Planos de Aplicação.**
28 Explica sobre edital de chamamento. Fica claro os procedimentos para
29 apresentar a proposta, bem como prestação de contas, acompanhamento, etc.
30 Raquel fala também sobre uma publicação do Correio Popular de 14 de
31 dezembro de 2014 e defende quanto ao indeferimento de Plano de Aplicação de
32 algumas entidades. Afirma que as instituições que não tiveram seus planos
33 aprovados foi porque não superaram as dificuldades apresentadas no Edital.
34 Raquel versa sobre a responsabilidade de gestão dos recursos destinados, com
35 a finalidade de garantir a lisura e que não foi uma decisão tomada de uma hora
36 para a outra e que no Diário Oficial do Município de 16 de dezembro de 2014 foi
37 publicado as entidades não contempladas. Na oportunidade Maria José
38 aproveita para parabenizar a CsAC que recebe premio – Colegiado de Gestores
39 Sociais. Parabeniza Raquel e toda a equipe. Na oportunidade Raquel agradece
40 aos elogios e se coloca à disposição juntamente com toda a sua equipe para
41 prestar quaisquer esclarecimentos que julgarem pertinentes às suas
42 atribuições. **3 – Revalidação e Registro de Entidades (listagem anexa) .**
43 Após explicação de Claudio Raizaro. Aprovado por 09 votos, com abstenções do
44 conselheiro Erbert, quando votada o CRAMI e 01 abstenção do conselheiro
45 Ubirajara quando votada a Instituição Nova Jerusalém. Cristiane deu a palavra
46 para a senhora Eliane Chegure da instituição Semente da Liberdade, que pediu
47 alguns esclarecimentos, alegando não ter conhecimento sobre CMDCA. Disse
48 que não conhece como elaborar um Plano de Aplicação e que é nova nas
49 instituição. Quer saber se tem chance de apresentar novamente o projeto da
50 instituição. Claudio Raizaro informa a mesma sobre os procedimentos todos e
51 aproveita para dar a notícia, informando que o prazo para apresentação de
52 Planos de Aplicação expirou no último dia de abril, mas devido muitas entidades
53 não conseguirem apresentar o referido Plano, além das dificuldades enfrentadas
54 pelas entidades, será necessário ter um olhar generoso. Pensando nisso, está

55 sendo prorrogado o prazo para as instituições apresentarem novos Planos de
56 Aplicação até o dia 22 de maio. Eliane esclarece sobre a resolução alterando o
57 artigo 22, onde se lê 22 de abril, leia-se 22 de maio 2015, retroagindo a 30 de
58 abril. Joana reitera que abril foi um mês atípico. Acrescentar a palavra
59 impreterivelmente até o dia 22 de maio. **4 – Solicitação de concessão de**
60 **registro definitivo do Polo Campinas Nelson Mandela da Associação**
61 **Amigos do Projeto Guri; inscrição provisória do Programa de**
62 **Aprendizagem da Fundação Jari e registro inicial à Associação**
63 **Campineira de Voleibol.** Comissão de registros analisou os pedidos e
64 encaminhou favorável. Guri – Polo Nelson Mandela, adquire registro com 09
65 votos. Jari, 09 votos, Associação Campineira de Voleibol, 09 votos. **5 –**
66 **Criação de GT para propor ações sobre a redução da Maioridade**
67 Colegiado resolve reapresentar para a próxima reunião do colegiado. **6 –**
68 **Recursos reservados para as Comissões.** Maria José relembra aos
69 presentes que as Comissões técnicas e de apoio do CMDCA apresentaram suas
70 propostas de ação para o ano de 2015 e, ao contrário dos anos anteriores,
71 nesse ano de 2015 devido à Lei 13.019/2014, que entrará em vigência em
72 27/07, por estabelecer um novo regime jurídico das parcerias voluntárias entre
73 a administração pública e as organizações da sociedade civil para consecução
74 de finalidade de interesse público, este procedimento por parte do CMDCA e do
75 gestor público, deverão adequar-se à estas novas exigências legais e, nesse
76 sentido, Zezé explica que as entidades que irão executar as propostas das
77 Comissões e que já são cofinanciadas pelo poder público deverão apenas
78 firmar o instrumento jurídico de Termo de Aditamento, enquanto que, as
79 entidades que não celebram nenhuma parceria com o poder público deverão
80 assinar o instrumento jurídico de Convênio. Apresentado a pauta para votação,
81 foi aprovada com 08 votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidente
82 Maria José encerrou a sessão e eu, Walter Rhis de Jesús, lavrei a presente ata.